

Ética: uma introdução

Jorge Calvario dos Santos, D Sc

Coronel Aviador, Doutor em Ciências pela COPPE/UFRJ e assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

“Em seus obscuros impulsos, um homem bom tem sempre consciência do verdadeiro caminho.”

Goethe

Resumo: O texto apresenta de forma introdutória, o que vem a ser ética. É um estudo teórico conceitual que apresenta concepções e pensamento de personalidades que se dedicaram ao seu estudo e também referencia a ética no momento histórico atual. O estudo é desenvolvido e tem como bases as linhas de pensamento de Sanches Vázquez e de Nicola Abbagnano.

Palavras chave: Ética; moral; comportamento humano; aspectos da ética.

Entendendo que moral é forma de comportamento humano, optamos por seguir a mesma linha de pensamento de Vázquez. O autor considera a ética, como sistema regulatório das relações entre os homens e por via de conseqüência, entre estes e as sociedades das quais fazem parte. Essa é a linha mestra desse estudo introdutório.

Entendo que ética é algo que todos dizem que têm, que todos sabem o que é, e que não é fácil explicar.

A partir do último quartel do século XX, o tema ética, passou a correr o mundo. Reportagens, artigos, “papers”, livros, publicações diversas, pesquisas e debates sobre o assunto têm se estendido por todas áreas da atividade humana. Também por isso, tem sido constante o processo de desdialeitização que testemunhamos.

Multiplicaram-se em toda parte as manifestações populares reivindicando ética na vida pública, na vida social, e no comportamento pessoal. Movimentos em favor da ética têm ocorrido em muitos países.

Com a globalização, ou seja, o esforço de construção de um mundo só para maior benefício de um só, há a pretensão de que seja consolidada uma ética universal.

O sistema político e econômico predominante no mundo, especialmente no mundo ocidental, trouxe muita esperança que termina por se transformar no título do romance de Balzac “Ilusões perdidas”¹, que Luckás denominou de “poema tragicômico da capitalização do espírito”. Ilusões que têm se transformado em desespero. Por isso a necessidade de reconstrução em função de uma ética, não universal.

Nesse mundo que pretendem globalizado, o pragmatismo parece ser a moda nos dias atuais. Por vezes é visto como uma mistura de interesses e cinismo onde o ser humano é objeto secundário. Contra isso se insurgem manifestações idealistas, de forma otimista e disposta ao aperfeiçoamento onde a ética tem posição central.

Nesse mundo ou nesse imundo, como afirma de Jean-Luc Nancy, que vem sendo estruturado pelo pragmatismo e pela ciência fica difícil observar normas de conduta à medida que se desencadeia um ceticismo cientifista com respeito à lógica. Entretanto, promove

caminhos no sentido de uma ética propedêutica² que a todo momento pode ser posta em condições e elaborada como ética.

Sobre a Ética

Por viver em sociedade, o ser humano, em suas relações cotidianas, defronta-se, com inúmeros problemas e dificuldades inerentes à vida societal, dos quais ninguém pode eximir-se e que acarretam conseqüências aos indivíduos em função de decisões que sejam tomadas.

Por isso, os homens sentem a necessidade de pautar a conduta em sociedade por normas, julgadas apropriadas ou adequadas, percebidas ou entendidas como dignas de serem cumpridas. Tais normas são inconscientemente ou subjetivamente aceitas como obrigatórias. Isso porque elas nascem no próprio meio social. Assim, os indivíduos comportam-se de diversas maneiras para diferentes culturas. A moral é inerente a cada cultura. Por isso o comportamento moral dos indivíduos difere em

¹ A obra, escrita entre 1835 e 1843, narra momentos bons e ruins da vida de um poeta de província. Discorre sobre sua vida sentimental, os problemas advindos da necessidade de publicar seus textos, suas ilusões e desilusões quanto ao meio editorial e o contexto humano e material a sua volta.

² Propedêutica: conjunto de estudos que antecedem, como um estágio preparatório, os curso superiores, introdução.

função das diversas culturas. Assim identificamos que o homem age moralmente e que em seu comportamento se evidenciam características que o diferenciam de outras formas de conduta (Vázquez, 1999).

Tudo isso compõe um tipo de comportamento dos indivíduos, seja por si seja em grupo social, quer no passado quer nos dias atuais. O comportamento do ser humano, ainda que sujeito a variações no tempo, no espaço e no ambiente social ao qual pertença, remonta até as origens do homem como ser social.

Dessa forma, os homens além de terem seu comportamento fundamentado na moral – aquela pertinente à sua cultura –, também pensam sobre esse comportamento, e o colocam como objeto de suas reflexões. Segundo Vázquez, tem-se assim a passagem da dimensão prática da moral para a da teoria da moral, ou seja: da moral real para a moral reflexa. Tal passagem os coloca no ambiente dos problemas teóricos-morais ou éticos. A passagem coincide com o início do pensamento filosófico³. Assim a ética poderá dizer o que seja um comportamento pautado por normas.

Os problemas com os quais nos defrontamos na vida são de ordem prático-moral e não teórico-moral. A solução ou o comportamento frente a tais problemas supõe que sejam pautados no que se considera como bom, visado pelo comportamento moral pertinente à cultura de referência.

Entretanto, definir o que seja bom não é um problema moral, cuja solução pertença a cada indivíduo, mas um problema de caráter teórico, de competência do investigador da moral, ou seja, do ético. Como exemplo, Vázquez nos lembra que Aristóteles se propôs o problema teórico de definir o que seja o bom. Sua tarefa seria a de investigar o conteúdo de bom, e não determinar como cada indivíduo deve proceder para que seu ato possa vir a ser considerado bom. Entretanto, a definição do que seja bom varia no tempo e de uma cultura à outra.

Além da questão central do que seja o bom, temos outras tais como a de definir a essência do comportamento moral, à diferença de outras formas de comportamento humano, como a política, a arte, a religião e outros tantos.

Agora podemos entender, tal como Vázquez, que a função fun-

⁴ Vide Vázquez em *Ética*, 1999.

damental da ética é a de explicar ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes (Vázquez, 1999).

Caracterizados pela generalidade, os problemas éticos, se distinguem dos problemas morais da vida concreta e cotidiana. Entretanto, a ética pode contribuir para fundamentar certa forma de comportamento moral, pois a solução dada aos problemas éticos influi na moral vivida.

Assim sendo, tomemos como exemplo, se a ética revela a existência de uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses de determinada cultura, ela pode contribuir no sentido de pôr no lugar a moral efetiva, real, da cultura que tenha a pretensão de que seus princípios e suas normas venham a ter abrangência universal, sem considerar as necessidades e interesses concretos.

Sabemos que a realidade moral varia no tempo em cada cultura e, com ela, os seus princípios e suas normas. Por isso a pretensão de formular princípios e normas universais, por parte de culturas que se encontram no ápice de sua existência, de sua

civilização, que apartados da moral de outras culturas, afasta da teoria a realidade que deveria explicar.

Podemos tomar como exemplo, a cultura da modernidade, anglo-saxônica que com seu conhecido modo de ser pragmático, que a caracteriza, oferece o que conhecemos por utilitarismo. O utilitarismo anterior ao século XVIII e ao Iluminismo tinha seus representantes clássicos em Leibniz, Locke, Rousseau, Kant, Lessing (Dilthey, 1994). No século XIX surgiria na Inglaterra com Jeremy Bentham. Como principais representantes do pragmatismo temos: Charles Pierce, William James, John Dewey e John Shook (Shook, 2002). Vázquez nos diz que:

Muitas doutrinas éticas do passado não são uma investigação ou esclarecimento da moral como comportamento efetivo, humano, mas uma justificação ideológica de determinada moral, correspondente a determinadas necessidades sociais⁴, e, para isso, elevam os seus princípios e suas normas à categoria de princípios e normas universais, válidos para qualquer moral.

⁴ Entendo que o autor se refere a “cultura” ao dizer “social”, pois cada sociedade pertence e constitui determinada cultura por possuir mesmas tradições, hábitos, costumes, religião predominante e um caminho utópico comum.

Sabemos que toda civilização ao alcançar seu ápice tem pretensões de perpetuar-se. Marx afirmou que *as idéias de quem domina são as idéias que predominam*. O bom observador identifica a existência de uma pretensão de criação de uma ética universal está em construção. Isso a despeito de que seja imposta a culturas diversas, logo, de moral diferente.

Por causa de seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, a ética começou a ser vista como uma disciplina normativa, que teria como função fundamental indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral. Isso conduz ao afastamento do seu caráter teórico. Daí, a idéia de que a missão do teórico, nessa área do saber, seria dizer aos homens o que devem fazer, formulando-lhes normas ou princípios que devem pautar seu comportamento. Assim, o ético passa a ser considerado como o legislador do comportamento moral dos indivíduos, de um certo grupo social ou de uma comunidade.

A ética é teoria, é um saber que teoriza sobre uma forma de comportamento moral humano, considerado na sua total abrangência, diversidade e variedade. O que nela se afirma sobre a natureza ou fundamento das normas morais, deve va-

ler para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora em uma cultura humana moderna. Isso é o que assegura seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática nos afirma Vázquez (Vázquez, 1999).

O valor da ética como teoria reside no que explica, e não no fato de recomendar com vistas à qualquer ação concreta. Assim, não lhe compete formular juízos de valor sobre a prática moral de outras culturas, de outros momentos da história, em função de uma moral universal e absoluta.

O ponto inicial da ética é a existência da história da moral. Considera a diversidade de comportamento humano ao longo do tempo, seus respectivos valores, princípios e normas. Não se identifica com qualquer dos princípios e normas de alguma moral em particular. Considerando suas diferenças, investiga o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento nos afirma Vázquez.

Conceituação de Ética

Ética e moral se relacionam como ciência específica e seu objeto. Ambas as palavras contém uma

relação que não existia em suas origens etimológicas.

Ética tem origem em dois termos gregos muito semelhantes no seu significado e pronúncia. *Éthos* significa hábito ou costume, entendidos com uma certa superficialidade, como maneira exterior de comportamento; *Êthos* tem um significado mais amplo e rico: o de lugar ou pátria onde habitualmente se vive e o caráter habitual ou maneira de ser ou até forma de pensar.

Assim *Ética* assume o sentido de modo ou forma de vida, no sentido mais profundo da palavra, compreendendo as disposições do homem na *vida*, o seu caráter, costumes e a moral.

Moral tem origem no latim *mos* ou *mores*, *costume* ou *costumes*, no sentido de um conjunto de normas ou de regras adquiridas por hábito. *Moral* se refere assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo indivíduo.

Logo, originariamente, *éthos*, *êthos* e *mos*, *caráter*, *pátria* e *costume* assumem um modo de comportamento que não é derivado de uma disposição natural, mas adquirido por hábito. É exatamente esse caráter não natural do comportamento do ser humano que,

na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral.

Vemos, pois, que o significado etimológico de *ética* e de *moral* não nos oferece o atual significado dos termos. Entretanto, nos colocam no terreno específico humano onde se torna possível e se funda o comportamento moral. O comportamento humano adquirido pelo homem sobre o que nele há de pura natureza. O comportamento moral pertence apenas ao homem na medida em que, sobre a própria natureza, cria uma nova natureza, da qual faz parte sua atividade moral.

Ainda que as questões teóricas morais estejam relacionadas com as questões reais, elas não se identificam entre si. Logo não se pode confundir *ética* com *moral*. A *moral* não é criada pela *ética*. A *ética* não estabelece quaisquer dos princípios, normas ou regras de comportamento em qualquer sociedade.

A ética se defronta com uma realidade histórico-social, ou seja, com práticas morais em vigor e, a partir daí, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas dos atos morais, as fontes da avaliação da moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação desses juízos e o

princípio que governa a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais (Vázquez, 1999).

Vários são os conceitos de ética. Dentre os mais conhecidos temos:

Parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

Conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade. (Houaiss, 2001.)

Ciência da conduta.

Para Vázquez, ética é a *teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade* (Vázquez, 1999).

Entendo que ética, é o saber, que teoriza sobre o comportamento moral do ser humano.

O saber que teoriza sobre o comportamento moral, a ética, tem como objeto, a realidade do comportamento humano que conhecemos como o mundo moral. Como ciência da moral, cabe o cuidado de não confundi-la com o mundo moral, seu objeto. Se podemos falar numa ética científica, não podemos dizer o mesmo da

moral. Não existe uma moral científica, mas o conhecimento da moral pode ser científico.

O mundo físico não é científico mas seu estudo faz parte da ciência física. Assim, o científico fundamenta-se no método, na abordagem do objeto, e não no próprio objeto. Se existe uma ética científica em si, pode existir uma moral compatível com os conhecimentos científicos sobre o homem, a sociedade e, em particular, sobre o comportamento humano moral. Aqui é onde a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou perceptiva. A moral não é ciência, mas objeto da ciência e, nesse sentido ela é estudada. A ética não é a moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições. Sua missão é explicar a moral efetiva e, nesse sentido, pode influir na própria moral (Vázquez, 1999).

Ética e Filosofia

É a ética um *conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos*, ou também conceituada como sendo *o saber que teoriza sobre o comportamento moral do ser humano*. Assim sendo, o comportamento moral se nos

apresenta como um objeto que é passível de ser estudado cientificamente. Isso, para Vázquez, significa oposição à concepção tradicional, que a reduzia a um capítulo da filosofia.

Muitos argumentos, favoráveis a esta posição, conduzem à negação do caráter científico e independente da ética. Surge o argumento de que esta não elabora proposições objetivamente válidas, mas juízos de valor ou normas que não podem aspirar essa validade. Tal argumento não confronta a teoria ética, que pretende explicar a natureza, fundamentos e condições da moral, relacionando-as com as necessidades sociais do homem. Um código moral, um sistema de normas de conduta, não é ciência, ainda que possa ser por ela explicado, seja qual for o seu caráter, ou as necessidades sociais às quais corresponda.

Não sendo ciência, a moral através de suas origens, fundamentos e evolução pode ser investigada cientificamente, pois, como qualquer tipo de realidade, não pode excluir uma abordagem científica.

Vázquez entende que a atribuição da ética à filosofia é devida à negação de qualquer relação daquela com a ciência.

Assim, a ética é apresentada como parte da filosofia especulativa, ou seja, constituída sem considerar a ciência e o mundo real. Essa ética filosófica tem sua preocupação maior em buscar a concordância com princípios filosóficos universais em detrimento da realidade moral no seu desenvolvimento histórico e real, donde resulta também o caráter absoluto e apriorístico de suas afirmações sobre o bom, o dever, os valores morais, etc.

Nesse atual momento histórico, em que relevantes contribuições da história, da antropologia, da psicologia, das ciências sociais, da psicanálise abrem novas possibilidades ao estudo do fato moral, perde a razão de ser da existência de uma ética puramente filosófica, afastada da ciência e da realidade humana moral.

Quanto ao caráter puramente filosófico da ética, alguns autores argumentam que questões éticas sempre constituíram parte do pensamento filosófico. Tudo indica que, desde os primórdios da filosofia, possivelmente a partir de Sócrates, na Grécia antiga, os filósofos tratavam das questões pertinentes à ética. Ainda não tendo surgido a ciência como nos é conhecida, a filosofia era tida como

o saber total e por isso de tudo se ocupava.

Apenas, a partir do advento formal da ciência, com Descartes e Bacon, foi possível a formulação de um saber científico sobre o comportamento moral dos homens. A partir do tratamento científico do estudo da moral, a ética toma nova dimensão. Passa a ter contribuição científica de diversas áreas de estudo, tais como psicologia, antropologia, psicanálise, história, religião, filosofia e outras mais.

Por *teorizar sobre o comportamento moral humano*, a ética assume sua própria identidade. Assim Vázquez afirma:

A ética se propõe a estudar cientificamente, um tipo de fenômeno que se verifica realmente na vida do homem como ser social e constitui o que chamamos de mundo moral; ao mesmo tempo, procura estudá-los não deduzindo-os de princípios absolutos ou apriorísticos, mas afundando suas raízes na própria existência histórica e social do homem (Vázquez, 1999).

Ainda que a ética científica pressuponha uma concepção filosófica racionalista do mundo e do homem, não é possível descartar a cultura e a dimensão subjetiva que caracterizam o ser humano. Isso

porque o homem é produto de sua cultura e um ser subjetivo em sua essência.

O ser humano, como ser cultural, racionalmente transforma a natureza em função de suas necessidades e por sua vez transforma a si mesmo como necessidade de sua evolução cultural. Por via de conseqüência, o comportamento moral não é manifestação de uma natureza humana, cultural permanente, imutável, mas de uma natureza sujeita ao processo de transformação, de evolução cultural que compõe a história da cultura, que por sua vez constitui a história da evolução humana. Nessa evolução, a moral é parte decorrente de aspectos materiais e espirituais pertinentes ao homem. Assim, a ética não pode abster-se de ter como fundamento uma concepção filosófica e antropológica do homem.

Para Vázquez, toda uma série de conceitos com os quais a ética trabalha de maneira específica, como os de liberdade, necessidade, valor, consciência, sociabilidade e outros tantos, pressupõe um prévio esclarecimento filosófico. Questões relacionadas com o conhecimento moral ou com a forma, significação e validade dos juízos morais exigem

que a ética recorra a disciplinas filosóficas especiais, como a lógica, a filosofia da linguagem e a epistemologia⁵, mas fundamentalmente antropologia filosófica.

Abbagnano apresenta duas concepções fundamentais da ciência da ética.

1º. a que a considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem;

2º. a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. (Abbagnano,1999.)

A primeira concepção trata do ideal para o qual o homem traça sua vida, por sua natureza e, por isso, da *essência* do ser humano. A segunda concepção preocupa-se em buscar as *razões* ou as *causas* da conduta humana ou do que a determina, prendendo-se apenas ao conhecimento dos fatos. Ainda que

diferentes, essas concepções se misturaram ao longo do tempo.

A principal diferença entre as duas concepções é caracterizada pela noção de bem. A análise da noção de bem mostra ambigüidade, nem sempre percebida, pois pode significar o que é (pelo fato de que é) ou o que é objeto de desejo, de aspiração, etc., e esses dois significados correspondem às duas concepções de ética.

A primeira concepção tem como característica a noção de bem como realidade perfeita ou perfeição real, enquanto que a segunda concepção tem como característica a noção de bem como apetição⁶ ou a passagem de uma percepção a outra. Assim a noção de *bem* toma significado diferente para cada uma das duas concepções. Assim, a palavra *bem* assume significados diferentes. Na primeira concepção, bem tem o significado de *felicidade*. Na segunda concepção, bem tem o significado de *prazer*. A primeira asserção, o *bem é a felicidade*. No sentido dado por Aristóteles e por São Tomás de Aquino *bem* significa

⁵ Reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento (Dicionário Houaiss da língua portuguesa)

⁶ Segundo Leibniz: a ação do princípio interno da mônada que produz a mudança ou a passagem de uma percepção a outra, (Dic. Aurélio)

que a felicidade é o fim da conduta humana, dedutível da natureza racional do homem. Esse sentido é exatamente o que é preconizado pela Escola Superior de Guerra, como *Bem Comum*, enquanto que a segunda asserção significa o prazer é o móvel habitual e constante da conduta humana (Abbagnano, 1999).

Sendo diferentes as duas concepções, entende Abbagnano que é importante ter a percepção da distinção entre ética do fim e ética do móvel, nas discussões sobre ética. A falta dessa percepção tem levado à confusão entre os dois significados.

Quanto à Primeira Concepção

Abbagnano nos diz que as doutrinas éticas formuladas por Platão, as que se encontram em *A República* e em *Filebo*, pertencem à primeira das concepções explicitadas, que é configurada como a doutrina dos fins e dos meios para a conduta dos homens.

Em *A República*, a ética é apresentada como ética das virtudes, e as virtudes são consideradas como funções da alma, que são determinadas pela natureza da alma e pela divisão de suas partes. Platão traça um paralelismo entre as partes

do Estado e as partes da alma, que possibilita a definição das virtudes particulares, bem como a virtude que compreende todas elas: a justiça como cumprimento de cada parte à sua função. A ética, apresentada em *Filebo*, de modo análogo, define o bem como forma de vida que mescla inteligência e prazer, sabendo determinar a justa medida dessa mistura.

A ética de Aristóteles é o protótipo dessa concepção. A partir da natureza racional do homem, Aristóteles determina o propósito da conduta humana como sendo a felicidade. A felicidade é para Aristóteles o mais alto dos bens a que aspiram os homens. Aristóteles afirma que o objetivo supremo da moral é “Encontrar uma definição de soberano bem de tal maneira que o sábio se baste a si mesmo, isto é, que dependa dele mesmo para ser feliz, ou que a felicidade esteja ao alcance de todo homem racional” Determina, também, as virtudes que são condições para a existência da felicidade. Afirma que *para o homem não existe maior felicidade que a virtude e a razão*, Aristóteles situou o pensamento no sentido de que a prática do bem é a felicidade, e que ela deve ser praticada como ideal e como ato consciente. Essa verdade aristotélica caracteriza o

aspecto ético, sob o prisma de uma realidade aceita como modelo de conduta racional.

Para Aristóteles, a felicidade é concebida de forma diferente para o leigo e para o sábio e que o bem é o que se relaciona com o espírito e com a mente, mas não apenas concebida, senão praticada, através da atividade virtuosa⁷. Entende que a felicidade do homem está no exercício da razão. Dentre as condições para alcançar a felicidade estão a segurança econômica e a liberdade pessoal.

A ética dos estóicos⁸, fundamentada no *viver segundo a razão*, deduz as normas de conduta da natureza racional e perfeita da realidade. Para o misticismo neoplatônico o propósito da conduta humana é o retorno do homem ao seu princípio criador e sua total integração. Já Plotino, afirma que esse retorno seria o *fim da viagem* do homem. É o recolhimento às coisas interiores, *a fuga de um só*

para um só. Isso significa o isolamento do ser humano em função da Unidade divina (Abbagnano, 1999).

Cabe lembrar que as doutrinas que vimos, em suas articulações internas são idênticas. Determinam a *natureza* necessária do homem e deduzem de tal natureza o *fim* para o qual sua conduta deve orientar-se.

Toda a ética medieval segue com fiel coerência essa mesma linha. A ética de São Tomás de Aquino é formulada a partir do princípio de que *Deus é o último fim do homem*, do qual se infere a doutrina da felicidade e a da virtude. Essa formulação pode nos levar a entender que a única *natural* seria obedecer a Deus. As demais normas morais fundam-se pura e simplesmente no mandamento divino. Tal recurso à divindade maior decorre do reconhecimento da impossibilidade de deduzir da natureza do homem o fim último de

⁷ Virtude: uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente em uma mediana, isto é, a mediana relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio de homem dotado de sabedoria prática.

⁸ Escola filosófica do período helenista, fundada por volta de 300 a. C. por Zenão de Cício. Seus fundamentos dividiam a filosofia em três partes: lógica, física e ética. O homem seria guiado pela razão, condena todas as emoções, e é cosmopolita. Exerceu grande influência no pensamento ocidental. Como as escolas da mesma época, o epicurismo e o ceticismo, o estoicismo compartilham a afirmação do primado da questão moral sobre as teorias e o conceito de filosofia como vida contemplativa acima das ocupações, das preocupações e das emoções da vida comum.

sua conduta. Ainda assim, não se abriu uma alternativa à indagação ética.

A retomada da concepção estoíca de ordem do universo, pelos neoplatônicos de Cambridge, fez com que abraçassem o princípio de que a ordem do universo também vale para direcionar a conduta do homem. Isso faz com que insistam no *caráter inato* das idéias morais, bem como de todas as idéias de que o homem dispõe. Isso contribui para a construção do pragmatismo anglo-saxônico e talvez do utilitarismo. Como não poderia deixar de ser decorrente da lógica Aristotélica.

Fiche entende que toda a doutrina da moral deve ser deduzida da *auto-determinação do eu*. De maneira clara e sintética, viu no homem a síntese do finito e do infinito. Viu como objetivo da moral a adequação do eu empírico ao eu infinito. Essa adequação nunca é completa e por isso provoca um progresso *ad infinitum*, a liberação progressiva do eu empírico de suas limitações (Abbagnano, 1999).

Fiche assim afirmou:

... é evidente que o eu é não apenas finito mas também infinito. Se é finito enquanto a ele se opõe uma realidade exterior, é infinito enquanto é a única ordem dessa mesma realidade. A sua infinita

atividade é o único princípio que pode explicar a realidade exterior, o eu finito, e a contraposição entre um e outro (Fiche, J. G., 1973).

Para Coelho de Sampaio, o eu é identificado pela consciência que traduz sua *infinitude*. Ela é a infinita atividade já mencionada. *É infinito, para Fiche, enquanto se opõe a uma realidade exterior*, isso é, possui um argumento. A *finitude* do homem, inequívoca, é bem caracterizada por Heidegger quando afirma que *o homem é um ser-para-a-morte*. Essa é uma característica inexoravelmente constitutiva do homem.

Sobre ela assim afirmou Coelho de Sampaio:

Se aceitarmos como proposição fundamental que o homem é síntese do finito e do infinito, e que isso decorre do simples fato dele ser consciente – e mais, que isto é tão fundamental, que não importa se os homens disso tenham ou não uma perfeita representação intelectual, eles estarão sempre vivenciando esta situação conflitiva – torna-se imperativa a questão: como os homens têm enfrentado esta sua inevitável ambigüidade constitutiva? (Coelho de Sampaio, 1983).

Para Hegel, o objetivo da conduta humana é a realidade em

que tal conduta encontra integração e perfeição. Isso para Hegel é o Estado. Assim, a ética hegeliana é filosofia do direito. O Estado é *a totalidade ética*, Deus que se realizou no mundo. O Estado é o ápice do que denominou de *eticidade*, ou seja, a moralidade que ganha corpo e substância nas instituições históricas que a garantem; ao passo que a *moralidade* por si mesma é simplesmente intenção ou vontade subjetiva do bem. Por sua vez, o bem é a *essência da vontade em sua substancialidade e universalidade*, ou a *liberdade realizada*, o *objetivo final e absoluto do mundo*, o que significa o próprio Estado (Abbagnano, 1999).

Assim, Hegel entende que a moralidade é a intenção ou a vontade subjetiva de poder realizar o que se acha realizado no Estado. O Estado é o início e o fim da ética de Hegel.

Bergson apresenta, em sua doutrina, uma moderna e mais complexa ética do fim. Bergson faz distinção entre moral *fechada* e moral *aberta*. Sua moral fechada corresponde ao instinto de conservar a sociedade. Afirma Bergson que:

Suponhamos que por um instante, na outra ponta da linha [na ponta da linha evolutiva da

inteligência, diferente da linha do instinto], a natureza tenha desejado obter sociedade em que fosse permitida certa amplitude à opção individual; nessas sociedades se agiria de tal modo que, em termos de regularidade, a inteligência obteria resultados comparáveis aos do instinto na outra ponta da linha: teria recorrido aos hábitos. Cada um desses hábitos, que podem ser chamados de morais, será contingente, mas seu conjunto, ou seja, o hábito de contrair hábitos, por estar na base das sociedades, terá uma força comparável à do instinto tanto em intensidade quanto em regularidade (Abbagnano, 1999).

Do outro lado está a moral dos profetas e dos inovadores, dos místicos e dos santos. Essa é a moral em movimento, fundamentada na dimensão emocional do ser humano, especialmente no instinto humano. Para Bergson, essa dualidade de forças fundamenta a moral: *pressão social e impulso de amor* são manifestações complementares da vida, direcionadas à manutenção das culturas que caracterizam as diversas sociedades e que buscam renovação pelo desejo de cultura. Deduz Bergson, que existe uma força que promove tal renovação. A noção de moral corrente foi

deduzida a partir do conceito sociedade fechada. Sua ética portanto segue a formulação da ética do fim (Abbagnano, 1999).

Quanto à Segunda Concepção

Na primeira concepção, as normas derivam do ideal que se assume como próprio do homem (para Aristóteles, a perfeição da vida racional; para Hegel, o Estado; para Bergson, a sociedade fechada ou aberta, e outros mais). Na segunda concepção, tem-se inicialmente que determinar o *móvel* do homem, aquilo que significa a *norma* a que ele de fato segue. Assim sendo, define-se como bem aquilo a que se dirige em virtude desse móvel, ou aquilo que se conforma à norma em que ele se exprime.

O bem, como objeto da vontade humana ou das regras que a dirigem, é característica da segunda concepção fundamental da ética, que é configurada como uma doutrina do móvel da conduta.

Assim, Protágoras, quando reconhece que o respeito mútuo e a justiça são condições para a sobrevivência do homem, aspira a uma ética do móvel. Esse é o sentido do mito de Prometeu, que expõe no diálogo homônimo de Platão. O que se costuma evidenciar é o

mecanismo dos móveis que fundam as normas do direito e da moral: para sobreviver, o homem conforma-se a tais regras e não pode agir de outro modo.

Em tais formulações, o móvel da conduta humana é o desejo ou a vontade de sobreviver. Em outras formulações do mesmo gênero, esse móvel é o prazer.

Na formulação de sua moral, em proposições condicionais, Pródigo criou uma das primeiras éticas do móvel, assim afirmou:

Se quiseres que os deuses te sejam benévolos, debes venerar os deuses. Se quiseres ser amado pelos amigos, debes beneficiar os amigos. Se desejares ser honrado por uma cidade debes ser útil à cidade. Se aspiras a ser admirado por toda a Grécia, debes esforçar-te por fazer bem à Grécia, etc.

O princípio da ética de Epicuro tem o mesmo significado de reconhecimento daquilo que, de fato, é o móvel da conduta humana: *Prazer e dor são as duas afeições que se encontram em todo animal, uma favorável e outra contrária, através das quais se julga o que se deve escolher e o que se deve evitar.*

Essa concepção de ética esteve ausente durante toda a Idade Média e só é retomada no Renascimento. Em *De Voluptate*, Lorenzo Valla foi

o primeiro a reapresentá-la, afirmando que o prazer é o único fim da atividade humana e que a virtude consiste em escolher o prazer.

Extraindo as normas da ética do desejo de conservação que existe em cada ser, Telésio reapresenta a outra alternativa tradicional da mesma concepção.

Nesse mesmo princípio, assim Hobbes identificava o fundamento da moral e do direito:

O principal dos bens é a auto-conservação. Com efeito, a natureza proveu a que todos desejem o próprio bem, mas para que possam ser capazes disso é necessário que desejem a vida, a saúde e a maior segurança possível dessas coisas para o futuro. De todos os males, porém, o primeiro é a morte, especialmente se acompanhada de sofrimento; mas, como os males da vida podem ser tantos, se não for previsto seu fim próximo, levarão a incluir a morte entre os bens.

Nessa tendência à auto-conservação e, em geral, à consecução de tudo o que é útil, Spinoza viu a ação necessitante da Substância divina:

A razão nada exige contra a natureza, mas exige por si mesma, acima de tudo, que cada um ame a

si mesmo, que procure aquilo que seja realmente útil para si, deseje tudo o que conduz o homem à perfeição maior e, de modo absoluto, que cada um se esforce, no que estiver a seu alcance, para conservar o próprio ser. O que é necessariamente tão verdadeiro quanto é verdadeiro que o todo é maior que a parte.

Locke e Leibniz concordavam quanto ao fundamento da ética. Locke dizia que:

Uma vez que Deus estabeleceu um laço entre a virtude e a felicidade pública, tornando a prática da virtude necessária à conservação da sociedade humana e visivelmente vantajosa para todos os que precisam tratar com as pessoas de bem, não é de surpreender que todos não só queiram aprovar essas normas, mas também recomendá-las aos outros, já que estão convencidos de que, se as observarem, auferirão vantagens para si mesmos.

O princípio de adotar a alegria e evitar a tristeza, era reconhecido por Leibniz como fundamento da moral. Entretanto, considerando-o mais relacionado com o instinto do que com a razão.

Temos assim que a ética dos séculos XVII e XVIII tem muito de uniformidade. Ela é uma

doutrina do móvel como também a oscilação que apresenta entre *tendência à conservação* e *tendência ao prazer*. Como base da moral não implica uma diferença radical, já que o próprio prazer não passa de indicador emocional das situações favoráveis à auto-conservação. Semelhante ética opõe-se a ética do fim, a ética em sua formulação tradicional que se encontra em Platão, em Aristóteles e na Escolástica⁹.

A característica fundamental da filosofia moral inglesa do século XVIII, que tem importância particular na história da ética, consiste em evidenciar e assumir como tema principal de discussão à oposição entre a ética do móvel e a ética do fim, que pareceu idêntica à oposição existente entre sentimento e razão.

Hume diz que:

Há uma controvérsia surgida recentemente, que é muito mais digna de exame e que gira em torno dos fundamentos gerais da moral: se eles derivam da razão ou do sentimento, se chegamos ao conhecimento deles por meio de uma seqüência de argumentos e de induções ou por meio de um

sentimento imediato e de um sutil sentido interno (Abbagnano, 1999).

A distinção identificada, por Hume, em função da oposição entre ética do fim e ética do móvel, idêntica a existente entre *razão* e *instinto*, levou Hume a afirmar que o fundamento da moral é a *utilidade*. A tendência identificada por Hume, ou seja, a utilidade significa que é boa a ação que proporciona *felicidade e satisfação* à sociedade, e a utilidade agrada porque corresponde a uma necessidade ou tendência natural: a que inclina o homem a promover a felicidade dos seus semelhantes. Logo, razão e sentimento constituem igualmente a moral que, segundo Hume, *a razão nos instrui sobre as diversas direções da ação, a humanidade nos faz estabelecer a distinção em favor daquelas que são úteis e benéficas*.

Para Hume, o sentimento de humanidade, ou seja, a tendência a ter prazer pela felicidade do próximo é o fundamento da moral, o móvel fundamental da conduta humana. A tendência identificada por Hume dá o início do que se conhece por *utilitarismo*, adotado mais tarde por Beccaria e por Bentham.

⁹ Filosofia cristã da Idade Média. Significa filosofia da escola (escola do convento ou da catedral). Objetivava levar o homem a compreender a verdade revelada. É o exercício da atividade racional com vistas ao acesso à verdade religiosa.

Por corresponder às características fundamentais da doutrina do *móvel*, a concepção moral de Kant deve ser inserida nessa tradição. Kant entende que: *O conceito do bem e do mal não deve ser determinado antes da lei moral (cujo fundamento aparentemente deveria ser), mas depois dela e através dela*. Isso significa que Kant compartilha da segunda concepção (a que considera a ética como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal *móvel* com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta) do bem, que corresponde a ética do *móvel* (Abbagnano, 1999).

É com base nos *móveis* que Kant classifica as diferentes concepções fundamentais do princípio da moralidade. Considera ainda a lei moral como um fato, porque *não pode ser deduzida de dados precedentes da razão, como por exemplo da consciência da liberdade*, mas se impõe por si mesma, como uma razão suficiente *-sic volo, sic jubeo*. Assim Kant transfere o *móvel* da conduta do *sentimento* para a *razão*. Com isso, a ética kantiana compartilha da primeira concepção (que considera a ética como a ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir

tal *fim*) da ética, a preocupação básica de fixar a norma de conduta na substância racional do homem (Abbagnano, 1999).

Se o *sentimento*, ao qual recorriam os moralistas ingleses, era a tendência à felicidade do próximo, a *razão* à qual Kant recorre é a exigência de agir segundo princípios que os outros podem adotar. O que Kant e os moralistas ingleses pretenderam sugerir, como princípio ou *móvel* da conduta, é o reconhecimento da existência de *outros* homens (para Kant, outros seres racionais) e a exigência de comportar-se em face deles com base nesse conhecimento. O imperativo kantiano de tratar a humanidade, tanto na primeira pessoa quanto na pessoa do próximo, sempre como fim e nunca como meio, é o mesmo que os moralistas ingleses chamavam de *sentido moral* ou *sentido de humanidade*.

Com o positivismo, a ética do *móvel* adquire a pretensão de valer como ciência exata da conduta. Helvétius dizia: *Acredito que se deve tratar a moral como todas as outras ciências e fazer uma moral como se faz uma física experimental*.

Essa pretensão caracteriza o utilitarismo do século XIX, liderado

por Bentham. Entende Bentham que o gênero humano está sob o domínio exercido pela natureza de dois senhores soberanos: dor e prazer, como no Epicurismo. A eles está vinculada, por um lado a norma que distingue o certo do errado e, por outro, a cadeia das causas e dos efeitos.

O princípio da utilidade reconhece essa sujeição e a coloca como fundamento desse sistema que tem como objetivo alcançar a felicidade com objeto através da razão e da lei.

Por conseguinte, nada existe em virtude do qual um homem possa ser moralmente obrigado a fazer que não seja em virtude da dor ou do prazer. Logo a conduta do homem passa a ser determinada em função da expectativa de dor ou prazer.

Para Bentham, existem quatro fontes distintas das quais costumam derivar o prazer e a dor; que as designa como fonte física, fonte política, fonte moral e fonte religiosa.

Para ele, os únicos fatos de que se pode partir no domínio moral são os prazeres e as dores. Desse modo, a conduta do homem passa a ser determinada pela expectativa de prazer ou de dor. Assim, esse é o único motivo possível de ação. Com esses fundamentos, a ciência da

moral torna-se tão exata quanto a matemática, embora seja muito mais intrincada e ampla. Desse ponto de vista, consciência, sentido moral, obrigação moral, são conceitos fictícios ou *não-entidades* para Bentham (Abbagnano, 1999).

Tais conceitos ocultam o *cálculo* dos prazeres e das dores em que repousa o comportamento moral do homem. Bentham quis estabelecer os princípios do cálculo, fornecendo a tábua completa dos móveis de ação, que deveria servir de guia para as legislações futuras. A obra de Bentham foi a fonte que inspirou a ação reformuladora do liberalismo inglês e ainda hoje seus princípios estão incorporados na doutrina do liberalismo político. O utilitarismo de James Mill e John Stuart Mill são a defesa e ilustração das teses fundamentais de Bentham (Abbagnano, 1999).

John Dewey, adepto do utilitarismo, adota o ponto de vista de que a ética se vincula à noção de valor. Dewey comunga com a filosofia do *valor* a crença de que os valores são não apenas objetivos, mas também simples e, portanto, indefiníveis, mas não a crença de que eles são absolutos ou necessários. Entende Dewey, que os valores são qualidades imediatas sobre as quais, portanto, nada há a

dizer: só em virtude de um procedimento crítico e reflexivo é que pode ser possível avaliar sua preferência ou preterição. São precários, negativos e positivos, além de infinitamente diferentes em suas qualidades. Por isso entende que a filosofia tem papel importante como *crítica das críticas*, com o objetivo de interpretar acontecimentos para deles fazer instrumentos e meios da realização dos valores, e de renovar o significado dos valores. Essa tarefa é condicionada pela renúncia à crença na realidade necessária e no valor absoluto (Abbagnano, 1999). Dizia Dewey que:

Abandonar a busca da realidade e do valor absoluto e imutável pode parecer um sacrifício. Mas essa renúncia é a condição para o empenho numa vocação mais vital. Na busca dos valores que podem ser garantidos e compartilhados por todos, porque vinculados aos fundamentos da vida social, a filosofia não encontrará rivais, mas coadjuvantes, nos homens de boa vontade (Abbagnano, 1999).

Essas considerações de Dewey certamente circunscrevem o quadro em que a investigação ética contemporânea deve mover-se, mas não lhe oferecem instrumentos

eficazes. Ainda falta na ética contemporânea uma teoria geral da moral que corresponda à teoria geral do *direito*, ou seja, uma teoria que considere a moral como técnica de conduta e se dedique a considerar as características dessa técnica e as modalidades com que ela se realiza em grupos sociais diferentes.

Quanto às relações entre moral e direito, elas podem vir a configurar-se de modo variado sem que seja possível especificá-las como relações de independência uma da outra. Sendo a ética como técnica de conduta, à primeira vista parece mais ampla que o direito como técnica de coexistência, mas se refletirmos que toda espécie ou forma de conduta é uma forma ou espécie de coexistência, ou vice-versa, logo veremos que a distinção dos dois campos é apenas circunstancial, com vistas a delimitar problemas particulares, grupos de problemas ou campos específicos de consideração e estudo.

A essência da Moral

A antropologia, ao se perguntar pelo homem em geral, se defronta de imediato com a cultura com sendo seu traço essencial. A partir daí confunde-se o ser homem e o ser cultural. Em sua versão

evolucionista ela se preocupa em adjudicar posições mais ou menos retardatárias numa escala que iria da animalidade à cultura do antropólogo em exercício; funcionalista, já menos antipática, admite que a integridade do ser-cultural corre por conta da cerrada e coerente trama de relações entre os seus diversos aspectos e dos seus mecanismos internos de auto-regulação, todos eles justificados por sua contribuição à sobrevivência do grupo; em sua versão estruturalista, as culturas se apresentariam como realizações, à exaustão, das possibilidades combinatórias de uma matriz ou estrutura formal subjacente, em boa medida, inconsciente para seus portadores.

A moral tem sua origem e só se desenvolveu a partir do momento em que homem se entendeu como ser cultural. Ser que vive num grupo social em que procedimentos foram sendo inconscientemente institucionalizados de modo a regular relações entre os indivíduos, no espaço e no tempo.

O problema da essência da moral nos remete ao da responsabilidade. Por isso só é possível tratar de comportamento moral quando o sujeito seja responsável pelos seus atos. Isso pressupõe que pode ter

opção de escolha ou liberdade de fazer. O problema da liberdade da vontade, da determinação, é inseparável do problema da responsabilidade. Decidir e agir de modo concreto é uma questão prático-moral. Investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo de nossos atos é uma questão teórica, cujo estudo é da competência da ética.

Sobre significado de moral, Vázquez propõe um conceito inicial: *a moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regula o comportamento individual e social dos homens* (Vázquez, 1999).

Entendo que a moral é o modo de ser-consigo-mesmo, de ser-com-o-outro, de ser-com-o-mundo e de ser-com-o-absoluto, em determinada cultura.

Assim sendo, é possível elaborar um conjunto de normas de conduta e regras destinadas a regular as relações entre indivíduos de certa cultura e determinada comunidade. Tais normas variam ao longo do tempo devido à própria evolução cultural. Desse modo, a ética, como ciência da moral, deve considerá-la como característica do comportamento real do ser humano, mutável no tempo, acompanhando a história da cultura.

Para Vázquez, a antropologia e a história, enquanto contribuem para o estabelecimento de uma correlação entre moral e vida social, propõem o problema fundamental de determinar a existência de um progresso moral.

No trato da moral, a seguinte questão, concorrente a prêmio, foi posta pela Sociedade Holandesa de Haarlem, em 1819. Tal questão foi solucionada por Johann Christian Friedrich Meister – *Por que os filósofos divergem tanto no que se refere aos primeiros princípios da moral, mas concordam no que se refere às conseqüências e obrigações decorrentes de seus princípios?*

A Sociedade Real Dinamarquesa de Ciências de Copenhague, em 1837, colocou a seguinte questão para concurso juntamente com a introdução que a precede:

Tendo em vista que a idéia originária da moralidade ou do conceito principal da lei moral suprema surge com uma necessidade que lhe é própria, embora não seja de modo nenhum 'lógica, não só na ciência que tem por objetivo expor o conhecimento do ético, mas também na vida real, na qual ela se apresenta, em parte no juízo da consciência sobre nossas próprias ações, em parte em

nosso juízo morais sobre o comportamento dos outros -, e tendo em vista, além disso, que vários conceitos morais principais, nascidos daquela idéia e dela inseparáveis, como, por exemplo, o conceito de dever e o da imputabilidade, fazem-se valer com a mesma necessidade e no mesmo âmbito – e, ainda, que nos caminhos que segue a pesquisa filosófica de nosso tempo parece muito importante investigar de novo esse objeto – quer a Sociedade que se reflita e se trate cuidadosamente da seguinte questão:

A fonte e o fundamento da filosofia da moral devem ser buscados numa idéia de moralidade contida na consciência imediata e em outras noções fundamentais que dela derivam ou em outro princípio do conhecimento? (Vázquez, 1999).

Atendendo ao estímulo, Schopenhauer entregou estudo à Sociedade Real Dinamarquesa, intitulado “Sobre o Fundamento da Moral”. Para Schopenhauer, a finalidade da ética, é a de esclarecer, explicar e reconduzir à sua razão última, os modos muito diferentes de agir dos homens no aspecto moral (Vázquez, 1999).

Para tanto, entende que a descoberta do fundamento da ética

através do caminho empírico, a saber; o de investigar se há em geral ações às quais temos de atribuir *autêntico valor moral* – que seriam as ações de justiça espontânea, pura caridade e generosidade efetiva. Essa motivação, junto com a receptividade para ela, será a razão última da moralidade, e o seu conhecimento, o fundamento da moral.

Ainda Schopenhauer procura demonstrar a verdadeira motivação que está no fundamento de todas as ações dotadas de valor genuíno que, se oferecendo a nós por meio da sua seriedade e da sua indubitável realidade, dista bastante de tudo o que os sistemas até então quiseram fazer de fonte para o agir moral e de fundamento para a ética. Para tanto estabelece algumas premissas que são os pressupostos da demonstração, do agir moral e que poderiam valer como axiomas (Schopenhauer, 2001):

1. *nenhuma ação pode acontecer sem motivo suficiente, assim como uma pedra não pode mover-se sem um choque ou impulso suficiente;*
2. *ainda menos uma ação para a qual se apresenta, para o caráter do agente, um motivo suficiente pode não se efetuar*

se um contramotivo mais forte não tornar necessária sua cessação;

3. *o que move principalmente a vontade é o bem-estar ou o mal-estar, tomados no sentido mais amplo da palavra, como também inversamente bem-estar e mal-estar significam de acordo ou contra uma vontade. Portanto todo motivo tem de se referir ao bem-estar e ao mal-estar;*
4. *conseqüentemente, toda ação refere-se a um ser suscetível de bem-estar ou mal-estar como seu fim último;*
5. *este ser é: ou o próprio agente, ou um outro ser; que, portanto, participa da ação passivamente, pois ela acontece para seu dano ou para seu proveito e alegria;*
6. *toda ação cujo fim último é o bem-estar e o mal-estar do próprio agente é uma ação egoísta;*
7. *tudo o que aqui foi dito das ações vale igualmente para as omissões de tais ações, para as quais existem motivos e contramotivos;*
8. *em conseqüência das explicações dadas nos parágrafos precedentes, egoísmo e valor moral*

simplesmente excluem-se um ao outro. Se uma ação tiver um fim egoísta como motivo, então ela não pode ter nenhum valor moral. Deva uma ação ter valor moral, então um fim egoísta não pode ser seu motivo imediato ou mediato, próximo ou longínquo;

9. *de acordo com a eliminação total dos pretensos deveres para com nós mesmos, a significação moral de uma ação só pode estar na sua relação com outros. Só com referência a estes é que ela pode ter valor moral ou ser condenável moralmente e, assim, ser uma ação de justiça e caridade, como também o oposto de ambas.*

Shopenhauer afirma que a partir dessas premissas, o *bem-estar* e o *mal-estar* têm de estar no fundamento de toda ação ou omissão como seu fim último, são ou do próprio agente, ou de qualquer outro participante passivo da ação.

No caso de *bem-estar*, a ação é necessariamente *egoísta*, porque no seu fundamento há um motivo interessado. Shopenhauer entende que a ação *egoísta não tem valor moral*. Apenas quando a razão para uma ação ou omissão está direta e

exclusivamente vinculada ao bem-estar ou mal-estar de alguma *outra pessoa* que dela participa passivamente, isso não ocorre, ou seja, *existe valor moral*. Portanto, *apenas esta finalidade* imprime numa ação o selo do *valor moral*, que, portanto, repousa exclusivamente no fato de que a ação aconteça ou não, para proveito de *um outro*. Se a ação só deve ocorrer *por causa de outro*, o seu *bem-estar* e o seu *mal-estar* têm de ser *imediatamente o motivo*, do mesmo modo que em todas as outras ações o meu motivo é o *bem-estar* e o *mal-estar* do agente.

Objeto da ética, conduta dirigida por normas, suscetível de avaliação moral, existente ao longo do tempo, sucedendo-se umas as outras historicamente, torna-se possível a formulação de uma definição válida para todas.

Assim Vázquez a define:

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (Vázquez, 1999).

Essa definição nos conduz a pensar em termos de normas e em termos de comportamento. Na moral, encontramos dois aspectos: o normativo e o factual. O normativo é constituído pelas normas ou regras de ação e pelos imperativos que enunciam algo que deve ser; e, o factual, ou aspecto dos fatos morais, constituído por certos atos humanos que se realizam efetivamente, isto é, que são independentemente de como pensamos que deveriam ser.

Ao aspecto normativo, pertencem as regras que postulam determinado tipo de comportamento: *ama teu próximo como a ti mesmo, não mentir*, etc. Ao aspecto factual, pertencem as ações concretas: *o ato pelo qual alguém se mostra solidário de outro, defesa de algo*, etc. Todos estes atos se conformam com determinadas normas morais e precisamente enquanto podem ser postos em relação positiva com uma norma, enquanto se conformam com ela ou a põem em prática, adquirem significado moral mas, o mundo da moral não se limita a eles. Atos tais como o descumprimento de norma, falta de solidariedade com amigo, atos de desrespeito, etc, também são atos que pertencem à esfera moral precisamente que por referirem-se

a uma norma, seja a de violação de uma norma, têm significado moral.

É importante ressaltar que o aspecto normativo da moral não existe independentemente do factual, mas indica para um comportamento efetivo. O normativo existe para ser realizado, o que não significa que se realize necessariamente; postula um comportamento do dever ser. O normativo e o factual não coincidem, entretanto, encontram-se numa relação mútua. O normativo exige ser realizado e, por isso orienta-se no sentido do factual; o realizado, o factual só ganha significado moral na medida em que pode ser referido a uma norma. Assim, o normativo e o factual no campo moral são dois aspectos que podem ser distintos, mas não completamente separados.

A moral, além de compreender normas, regras de ação abraça também, como comportamento que deve ser, os fatos, com ela conformes. Tanto os princípios, valores e prescrições que os indivíduos consideram válidos como os atos reais em que se concretizam.

Isso levou a necessidade de ter sempre presente a distinção entre o plano normativo ou ideal ou o factual ou prático. Assim, alguns autores propõem dois termos para designar cada plano: *moral* e *moralidade*.

Moral designaria o conjunto dos princípios, normas, idéias morais de uma época ou de uma sociedade enquanto *moralidade* se refere ao conjunto de relações efetivas ou atos concretos que adquirem um significado moral com respeito à moral vigente. É caráter do que se conforma às normas morais. A moral estaria no plano ideal e a moralidade no plano real.

Caráter Social da Moral

Por manifestar-se apenas em sociedade, a moral tem, em sua essência uma qualidade social. É compreensível que uma mudança radical da estrutura social conduza a uma mudança fundamental de moral.

A sociedade é composta de indivíduos porque esses possuem identidade. Naturalmente, uma sociedade não existe por si nem independentemente de indivíduos reais. Esses também não existem fora da sociedade ou seja, fora do conjunto de relações sociais nas quais se inserem. Não se fala em sociedade das pedras, por exemplo, pois pedra não possui identidade.

Vázquez sugere três aspectos fundamentais da qualidade social da moral, que revelam a sociedade (Vázquez, 1999):

1) Em uma determinada época e numa dada comunidade, cada indivíduo comporta-se moralmente sujeitando-se a determinados princípios, valores e normas sociais. Ao indivíduo como tal não é dado criar qualquer princípio ou norma ou modificar em função de seu interesse pessoal. Nessa sujeição do indivíduo a normas estabelecidas pela comunidade se identifica o caráter social da moral;

2) O comportamento moral é tanto individual quanto de grupos sociais cujas ações têm caráter coletivo, ainda que deliberado, livre e consciente. Entretanto, ainda que se trate de uma conduta individual defrontamos com uma conduta que tem conseqüências para os demais e que por isso pode ser objeto de julgamento. A moral possui um caráter social enquanto regula o comportamento individual cujas conseqüências afetam outros indivíduos;

3) As idéias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em correspondência. Sua necessidade e respectiva função social explicam que nenhuma das sociedades humanas conhecidas, desde as mais remotas, tenha podido prescindir dessa forma de comportamento humano.

A função social da moral consiste em regulamentar as relações entre os homens de modo que uma ordem social possa ser mantida e garantida em benefício dos indivíduos que a integram.

O direito, como instrumento do aparelho de Estado, contribui para que, na sociedade moderna, o potencial coercitivo do Estado, fortaleça a disposição dos indivíduos de se submeterem ao estatuto social em vigor.

Estrutura do Ato Moral

Sabemos que a moral se dá em duas dimensões: a normativa e a fatural. Na primeira temos normas e princípios que buscam regulamentar a conduta dos homens e, na segunda, um conjunto de atos humanos regulamentados por eles, cumprindo assim sua exigência de realização. A essência da moral deve ser procurada, nas duas dimensões. Por isso temos a necessidade de analisar o comportamento moral dos indivíduos através dos atos concretos nos quais se manifesta. Um ato moral é sempre um ato sujeito a julgamento, por parte dos indivíduos, em função das normas aceitas pela comunidade.

Mostrar a estrutura do ato moral significa identificar o que possa ser

considerado como o eixo em função do qual gravita o ato inteiro. Para tanto, faz-se necessário considerar o motivo do ato moral. Motivo entendido como aquilo que determina a execução do ato em função de um fim a ser atingido.

Um mesmo ato pode ser determinado por mais de um motivo bem como um mesmo motivo pode determinar a realização de diferentes atos com finalidades diferentes. Por exemplo: a defesa de alguém, desconhecido, que tenha sofrido uma injustiça. Tal ato pode ter como motivação a determinação de fazer justiça ou o interesse pela autopromoção em função da publicidade.

Motivos inconscientes do comportamento humano, que Freud dava muita importância, quando reduz o núcleo da personalidade ao que se conhece como *instinto*, devem ser considerados, para a compreensão das razões pelas quais um ato obedece a motivos não conscientes, e que por isso escapam a esfera moral não podendo portanto, ser objeto de julgamento. Esses atos não se referem a um fim proposto pela consciência nem a uma decisão de realizá-los: por isso, são inconscientes e involuntários e, conseqüentemente, não são morais. O motivo que induz o indivíduo a

realizar um ato não é suficiente para atribuir a tal ato um significado moral, porque o agente nem sempre pode reconhecê-lo claramente. Entretanto, constituem aspecto importante do ato moral.

A consciência do fim pretendido é outro aspecto fundamental. Qualquer ação humana requer a consciência de um objetivo a ser alcançado. A consciência do objetivo e a determinação de alcançá-lo dão ao ato moral a qualidade de ato voluntário, e por isso faz subentender a existência da liberdade.

O ato moral implica a consciência de um fim e a determinação de realizá-lo. A pluralidade de fins no ato moral exige, pois, a escolha de um fim entre outros e a decisão de realizar o fim escolhido.

A realização de um ato moral só se encerra ou se completa quando alcançar o resultado efetivo. Para isso além da determinação de sua realização é necessário o emprego dos meios adequados. Meios e fins estão presentes no ato moral. Aqui cabe a questão: os fins justificam os meios? Por outro lado, a relação entre fins e meios, relação de adequação do meio à natureza moral do fim, não pode ser considerada abstratamente, prescindindo da

situação concreta em que ocorre, porque, de outra maneira, teríamos um moralismo abstrato, alheio à vida real.

Vázquez afirma que:

O ato moral é uma totalidade ou unidade indissolúvel de diversos aspectos ou elementos: motivo, fim, meios, resultados, conseqüências objetivas. Não pode ser reduzido a um dos seus elementos, mas está em todos eles, na sua unidade e nas suas mútuas relações (Vázquez, 1999).

É fato que o ato moral, como sujeito real que pertence a uma comunidade humana, só pode ser qualificado em relação ao código moral que nela vigora.

Agora podemos perceber que a moral é uma forma de comportamento humano, portanto um fato social em que o indivíduo nele desempenha papel essencial. Como ato consciente e voluntário, supõe participação livre do indivíduo em sua realização. Faz parte de um contexto normativo que vigora numa determinada cultura, numa certa comunidade, a qual lhe confere sentido.

Em se tratando de forma de comportamento humano, Vázquez identifica algumas variantes de comportamento humano:

Moral e religião; Moral e política; Moral e direito; Moral e

relacionamento social; Moral e ciência; Moral e trabalho; Moral e comércio; Moral e economia; Moral e família e outras mais¹⁰.

Da Obrigatoriedade Moral

Para Vázquez, o comportamento moral humano é obrigatório e devido. Isso significa que a pessoa comporta-se obrigatoriamente em função de regras ou normas. Assim sendo, exclui atos que lhes são proibidos. Por isso, a obrigatoriedade moral lhe impõe deveres.

A vontade da pessoa, ou do agente moral, como entende Vázquez,¹¹ é em si, uma vontade livre. A pessoa deve escolher, dentre várias opções, com liberdade, as normas morais em função de uma convicção íntima, interior e não por uma conveniência impessoal ou qualquer determinação.

Por isso, faz parte da obrigatoriedade moral a liberdade de escolha e de ação da pessoa, que inclui a aceitação justificada da obrigatoriedade.

Para Vázquez, tais considerações nos permite estudar duas questões fundamentais

(Vázquez, 1999):

“Quais são os traços essenciais da obrigatoriedade moral que permitem distingui-la de outras formas de obrigação ou de imposição?”

“Qual é o conteúdo da obrigação moral ou, em outras palavras: o que é que somos obrigados a fazer ou temos o dever de fazer?”.

Não há comportamento moral sem liberdade, ainda que não absoluta, mas esta, por sua vez, supõe e se concilia com a necessidade, jamais a descarta.

Como sem algum grau de liberdade não há comportamento moral, não se pode entender obrigatoriedade como uma rígida necessidade causal, onde não há certo grau de liberdade. Qualquer coação interna ou mesmo externa, dominante, anulam a vontade e retira a liberdade de escolha da pessoa. Não podemos confundir obrigatoriedade moral com necessidade causal e com formas de coação interna e externa. Tais formas de obrigação impossibilitam a verdadeira obrigação moral.

Obrigaçao moral pressupõe fundamentalmente a livre escolha. Entretanto cabe lembrar que nem

¹⁰ Adaptado de Sanchez Vázquez, 1999

¹¹ Vázquez considera a pessoa, ou o sujeito da ação como agente moral. Vide Vázquez., 1999

toda liberdade de escolha possui significado moral e tem em si mesma, alguma obrigatoriedade moral. A livre escolha entre ir à praia ou ao cinema não implica em qualquer obrigatoriedade moral. A livre escolha entre ir passear ou uma visita prometido à um amigo, é opção condicionada ao cumprimento de uma obrigação moral assumida.

A obrigação moral se mostra como a determinação do comportamento dirigindo-o numa certa direção. Na medida em que há certa liberdade de escolha, quanto ao caminho a ser seguido, a pessoa é moralmente obrigado a cumprir sua decisão. A obrigação moral é por isso, consequência da liberdade de escolha pela pessoa e não por qualquer imposição externa. Como falar de obrigação moral na esfera do direito e do trato social?

Naturalmente não é possível qualquer obrigação moral sem que o ser humano esteja envolvido. Não é possível eliminar o fator pessoal das relações sociais. Logo, a obrigação moral não pode ser explicada como algo apenas pessoal pois possui caráter social.

Apenas quando uma ação afetar outras pessoas podemos afirmar que há uma obrigação moral. Quando o

comportamento de uma pessoa afeta uma ou mais pessoas há a obrigação de realizar ou evitar determinados outros. Uma obrigatoriedade moral tem caráter social pois a norma deve ser intimamente aceita pela pessoa e esta deve agir com liberdade. Sua decisão pessoal não ocorre fora do ambiente social. O obrigatório e o não obrigatório são em função do que existe na cultura em que o ato é praticado. Por isso a obrigatoriedade moral tem diferença de uma para outra sociedade, num determinado tempo.

A questão da obrigatoriedade moral possui vínculos com o da natureza, da função e do fundamento da consciência moral e, por sua vez, com o da autonomia ou da heteronomia¹² da própria moral (Vázquez, 1999).

O sentido do termo consciência que nos é adequado é o específico de “consciência moral”. Tem o sentido abstrato, de algo oriundo da intimidade do ser. Algo que possa vir de seu inconsciente. O identificamos em expressões como “minha consciência assim o quer” ou “faça um apelo à sua consciência”. Cabe lembrar que esse enfoque do termo “consciência”, existe sobre a base do significado “ser consciente ou

¹² Condição de receber do que é exterior a lei a que deve se submeter.

compreender o que está ocorrendo”. Isso faz com que a pessoa além de compreender o sentido de seus atos, tenha uma avaliação do comportamento em função das normas conhecidas como obrigatórias. Por isso, o conceito de consciência é vinculado com o de obrigatoriedade. A consciência pode ser livre sem que por isso deixe de ser determinada pela herança histórico-cultural de referência.

Existe um conflito entre a consciência autônoma e heterotônoma. É uma falsa concepção da sua liberdade. A consciência não possui autonomia absoluta nem sua sujeição de origem externa, determina a necessidade de que seja reflexo do estímulo que recebe. Uma consciência pura, absoluta, de um ser ideal está acima dos homens como diz Vázquez.

Teorias da Obrigação Moral

Tratamos agora de pensar o produto da obrigatoriedade, responder à questão de como devemos agir ou que tipo de atos somos obrigados a realizar (Vázquez, 1999).

Os estudiosos contemporâneos costumam dividir estas teorias em

dois gêneros: deontológicas e teleológicas. Deontológica tem origem no termo grego *déon*, que significa dever. É uma teoria de obrigação moral em que a ação não depende de suas conseqüências ou da norma segundo a qual se conforma. Teleológica tem origem no termo grego *télos*, que significa fim. É uma teoria de obrigação moral em que a ação é realizada em função de suas conseqüências. Em ambos os casos, a teoria pretende determinar o que é obrigatório fazer. Com o objetivo de orientar o que se deve fazer numa situação particular, ambos os tipos de teoria pretendem responder a questão de como determinar o que se deva fazer.

Suponhamos que um doente em estado grave pergunte à um amigo sobre a real situação de sua saúde. A doutrina deontológica da obrigação moral, preconiza que lhe seja respondida a verdade independente das conseqüências. A doutrina teleológica da obrigação moral, preconiza que lhe seja dada uma resposta em função das conseqüências que poderão vir a afetar o doente.

Não é tão simples a explicação do conteúdo de ambas as teorias. Por isso possuem desdobramentos tal como mostra o esboço abaixo.

Teorias da Obrigação Moral

Deontológicas - Do Ato
- Da Norma

Teleológicas - Egoísmo Ético
- Utilitarismo - Do Ato
- Da Norma

Adolfo Sánchez Vázquez in *Ética*, 1999

Teorias Deontológicas do Ato

(Teoria kantiana da obrigação moral)

As teorias deontológicas do ato impedem que se possa seguir alguma norma geral pois cada caso define o que deve ser feito. Muitas situações específicas podem apresentar elementos comuns e que por isso é possível recorrer a uma norma mais ou menos implícita, porém geral. É impossível um deontologismo puro.

Teorias Deontológicas da Norma

As teorias deontológicas da norma definem que o dever em cada caso deve ser determinado por normas sem que sejam consideradas as conseqüências de sua aplicação.

Uma das formas mais ilustrativas da teoria, é a apresentada por Kant em sua *Crítica da Razão Prática*, conhecida como doutrina kantiana.

Sua doutrina é vinculada à sua concepção de bom, donde Vázquez apresenta as teses abaixo: (Vázquez, 1999)

1. O único bom moralmente, sem restrições, é a boa vontade;

2. A boa vontade é a vontade de agir por dever; e

3. A ação moralmente boa, como ação querida por uma boa vontade, é aquela que se realiza não somente de acordo com o dever, mas pelo dever.

Apenas quando agimos como seres racionais é possível dizer que atuamos por dever sem que haja qualquer interesse ou sob pressão externa. Sendo a razão a faculdade universal, Vázquez entende que o fato de que a boa vontade age por dever, significa que age apenas de um modo universal. Não admite qualquer exceção. A exigência da razão é a de universalidade e apresenta sua lei moral “a priori”, assumindo a forma de um mandamento ou de um imperativo, nos diz Vázquez.

Kant divide os imperativos em categóricos e hipotéticos. É categórico quando uma ação é objetivamente necessária sem que esteja subordinada a algum fim ou condição. É uma norma que vale sem exceção. É hipotético quando postula uma ação se a vontade se

propõe determinado fim. Assim tem sua realização subordinada aos fins previstos. A ação apenas deve ser realizada quando há um objetivo. Uma vontade é boa quando age conforme a lei moral, expressa nos imperativos universalizáveis, movida pelo sentimento do dever, sem quaisquer interesses. O dever se cumpre pelo próprio dever, pela obediência aos imperativos universalizáveis.

A teoria kantiana da obrigação moral foi objeto de críticas. Schiller, em seu “Escrúpulo de Consciência e Decisão”, questionava uma doutrina que “segundo a qual quem ajuda a seus amigos, seguindo o impulso do seu coração, não age moralmente, porque se deve desprezar este impulso, e então fazer, embora com repugnância, o que o dever ordena” (Vázquez, 1999). O rigor kantiano define a ação em função do dever independentemente das conseqüências dessa ação.

Teorias Teleológicas – egoísmo e utilitarismo

Tais teorias relacionam a ação com suas conseqüências. Quando se considera o bem pessoal temos a teoria da obrigação moral do egoísmo ético. Ao se considerar o

bem dos outros, temos a teoria da obrigação moral de utilitarismo.

O egoísmo ético preconiza que cada qual deve agir em função do interesse pessoal. Tem seu fundamento na natureza humana, na motivação dos atos humanos. Para a tese do egoísmo ético o homem é por natureza um ser egoísta. Por isso não oferece respostas para explicar os atos a favor do outro que não admitem considerações de ordem egoístas.

Quando se considera o bem dos outros, deve-se visar, antes de tudo, as conseqüências das ações a serem praticadas. Essa teoria depende essencialmente da concepção do bom é conhecida como utilitarismo.

Dois são os tipos de utilitarismo: o que se relaciona com o ato e o que se relaciona com a norma. O do ato requer que o seja produzido o máximo de bem para quem o pratica como para os outros. O da norma, requer que a norma utilizada deva produzir o bem tanto para quem a pratica como para os outros., Tanto o utilitarismo do ato como o da norma devem considerar as conseqüências dos atos ou da aplicação da norma.

Nesse mundo dito moderno, no momento em que todos vivemos o ápice da modernidade, falar de ética é algo difícil. Tentar formular

qualquer conceito sobre comportamento moral, sobre valores, ou como diz Newton Bignotto, construir uma ciência dos valores, é uma árdua tarefa. Isto porque houve a ruptura da ética com a política.

Nesse mundo caracterizado pela irracionalidade do excessivo racionalismo a humanidade, vive numa permanente crise de comportamento moral. Os fins passam a justificar os meios. A felicidade iguala-se a diversão. A honestidade passa a ser característica dos tolos. A desumanização do ser humano parece ser a regra predominante, com aceitação da humanidade o que permitido, dentre outros a banalização da própria vida. Por fim temos a perda da utopia. Que fim teremos nós? O que pensar sobre o

dito de Epicuro: O homem é feito para ser feliz, que carrega essa felicidade nele próprio.

A conclusão, deixo a critério dos leitores, em função da visão própria de cada um. Dostoyevsky nos disse que “Se Deus não existisse tudo seria permitido”. Não haveria, pois, uma moral autônoma, que tivesse seus fundamentos no homem.

Entretanto, podemos dizer que nos esquecemos daquilo que nos foi há muito ensinado. Aquilo que se fosse lembrado e seguido o bem comum seria algo presente entre todos nós. Ao ser questionado pelos Apóstolos sobre qual seria o mandamento mais importante, Jesus Cristo lhes disse:

“Amarás ao próximo como a si mesmo por amor a Deus.”

Lv 19,18; Mc 12, 31

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. 1999. *Dicionário de Filosofia*. Martins Fontes Editora. São Paulo.

COELHO DE SAMPAIO, Luiz Sérgio. 1983. *Que poderia ser comportamento ético?* Mimeo. Rio de Janeiro.

DILTHEY, Wilhelm. 1994. *Sistema de ética*. Ícone Editora Ltda. São Paulo.
Freitag, Barbara. 1992. *Itinerários de Antígona*. Papirus Editora. São Paulo.

HOUAISS, Antônio. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva. Rio de Janeiro.

JANKÉLEVITCH, Vladimir. 1991. *O Paradoxo da Moral*. Papirus Editora. São Paulo.

SCHOPENHAUER, Arthur. 2001. *Sobre o fundamento da moral*. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. 1999. *Ética*. Civilização Brasileira Editora. Rio de Janeiro.

WISNIK, José Miguel. 2003. *Ilusões Perdidas* in *Ética*, organizada por Aduino Novaes. Companhia das Letras Editora. São Paulo.

BIGNOTTO, Newton. 2003. *As Fronteiras da ética: Maquiavel* in *Ética*, organizada por Aduino Novaes. Companhia das Letras Editora. São Paulo.

NOVAES, Aduino. 2003. *Cenários* in *Ética*, organizada por Aduino Novaes. Companhia das Letras Editora. São Paulo exterior a lei a que deve se submeter.